

# JURISPRUDÊNCIA DE CONCORRÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA – DE JULHO A DEZEMBRO DE 2023

*Elaborado por Filipa C. Lopes Castanheira*

## **Abuso de posição dominante**

Acórdão do Tribunal Geral de 25 de outubro de 2023, proferido no âmbito do processo T-136/19; ECLI:EU:T:2023:669

*Partes:* Bulgarian Energy Holding e o./Comissão

*Descritores:* Concorrência – Abuso de posição dominante – Mercado interno do gás natural – Decisão que declara uma infração ao artigo 102 TFUE – Mercado regulamentado – Definição do mercado relevante – Gasoduto de trânsito romeno 1 – Titular de um direito de uso exclusivo do gasoduto romeno 1 – Recusa de acesso – Obrigação de fornecimento público – Exceção da ação estatal – Operador da rede de transporte – Operador da instalação de armazenamento – Estratégia anticoncorrencial – Efeitos de exclusão – Infração única e continuada – Direitos de defesa.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-510/22; ECLI:EU:C:2023:694

*Partes:* Romaqua Group SA/Societatea Națională Apele Minerale SA e Agenția Națională pentru Resurse Minerale

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Artigos 102 e 106 TFUE – Empresas públicas – Liberdade de empresa – Liberdade de estabelecimento – Empresa detida inteiramente por um Estado-Membro e que beneficia de concessões exclusivas de exploração de água mineral natural na sequência de uma adjudicação sem concurso – Legislação nacional que permite a prorrogação ilimitada da concessão.

## **Acordos, decisões de associações de empresas e práticas concertadas**

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção), de 21 de dezembro de 2023 proferido no âmbito do processo C-124/21 P; ECLI:EU:C:2023:1012

*Partes:* International Skating Union/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Regulamentação instituída por uma associação desportiva

internacional – Patinagem no gelo – Entidade de direito privado investida de poderes de regulamentação, controlo, decisão e sanção – Regras relativas à autorização prévia de competições, à participação de atletas nessas competições e à resolução arbitral de litígios – Exercício paralelo de atividades económicas – Organização e comercialização de competições – Artigo 101, n.º 1, TFUE – Decisão de associação de empresas que prejudica a concorrência – Conceitos de “objeto” e de “efeito” anticoncorrenciais – Justificação – Requisitos.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-106/17; ECLI:EU:T:2023:832

*Partes:* JPMorgan Chase & Co. e o./Comissão

*Descritores:* Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Setor dos produtos derivados de taxas de juro expressas em euros – Decisão que declara uma infração ao artigo 101 TFUE e ao artigo 53 do Acordo EEE – Manipulação das taxas de referência interbancárias da Euribor – Troca de informações confidenciais – Restrição da concorrência por objeto – Infração única e continuada – Procedimento “híbrido” escalonado no tempo – Presunção de inocência – Imparcialidade – Coimas – Montante de base – Valor das vendas – Artigo 23, n.ºs 2 e 3, do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Dever de fundamentação – Decisão de alteração que completa a fundamentação – Igualdade de tratamento – Proporcionalidade – Competência de plena jurisdição.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-113/17; ECLI:EU:T:2023:847

*Partes:* Crédit agricole SA e Crédit agricole Corporate and Investment Bank/Comissão

*Descritores:* Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Setor dos produtos derivados de taxas de juro em euros – Decisão que declara uma infração ao artigo 101 TFUE e ao artigo 53 do Acordo EEE – Manipulação das taxas de referência interbancárias da Euribor – Troca de informações confidenciais – Restrição da concorrência por objeto – Infração única e continuada – Procedimento “híbrido” escalonado no tempo – Presunção de inocência – Imparcialidade – Coimas – Montante de base – Valor das vendas – Artigo 23, n.ºs 2 e 3, do Regulamento (CE) n.º 1/2003 – Dever de fundamentação – Decisão de alteração que completa a fundamentação – Igualdade de tratamento – Competência de plena jurisdição.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-331/21; ECLI:EU:C:2023:812

*Partes:* EDP – Energias de Portugal, S. A., e o./Autoridade da Concorrência

*Descritores:* Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunal da Relação de Lisboa. Reenvio prejudicial – Artigo 101 TFUE – Acordos, decisões e práticas concertadas – Proibição de acordos, decisões e práticas concertadas – Acordos entre empresas – Distinção entre um acordo vertical e um acordo horizontal – Concorrência potencial – Restrição da concorrência por objeto ou por efeito – Acordo entre um comercializador de energia elétrica e um retalhista de bens de grande consumo que explora hipermercados e supermercados – Cláusula de não concorrência – Regulamento (UE) n.º 330/2010 – Contrato de agência – Liberalização do mercado de comercialização de energia elétrica.

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de outubro de 2023, proferido no âmbito do processo T-74/21; ECLI:EU:T:2023:651

*Partes:* Teva Pharmaceutical Industries Ltd e Cephalon Inc./Comissão

*Descritores:* Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do modafinilo – Decisão que declara uma infração ao artigo 101 TFUE – Transação em litígios em matéria de patentes – Restrição da concorrência pelo objetivo – Qualificação – Restrição da concorrência pelo efeito – Condições de isenção do artigo 101, n.º 3, TFUE – Coimas.

Acórdão do Tribunal Geral de 18 de outubro de 2023, proferido no âmbito do processo T-590/20; ECLI:EU:T:2023:650

*Partes:* Clariant AG e Clariant International AG/Comissão

*Descritores:* Concorrência – Acordos, decisões e práticas concertadas – Mercado do etileno – Decisão que declara uma infração ao artigo 101 TFUE – Coordenação sobre uma componente do preço de compra – Procedimento de transação – Coima – Ajustamento do montante de base da coima – Ponto 37 das Orientações para o cálculo das coimas – Reincidência – Ponto 28 das Orientações para o cálculo das coimas – Competência de plena jurisdição – Pedido reconvenicional de aumento do montante da coima.

### **Auxílios de Estado**

Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-421/22; ECLI:EU:C:2023:1028

*Partes:* Dobeles Autobusu Parks SIA e o./Iepirkumu uzraudzības birojs e Autotransporta direkcija VSIA

*Descritores:* Reenvio prejudicial – Transportes – Serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros – Regulamento (CE) n.º 1370/2007 – Artigo 1, n.º 1 – Artigo 2-A, n.º 2 – Artigo 3, n.º 1 – Artigo 4, n.º 1 – Artigo 6, n.º 1 – Contrato de serviço público de transporte de passageiros por autocarro – Processo de adjudicação de um contrato público de serviços – Concurso público, transparente e não discriminatório – Caderno de encargos – Montante da compensação concedida pelas autoridades nacionais competentes – Indexação limitada no tempo e a categorias de custo específicas – Repartição dos riscos.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-166/21; ECLI:EU:T:2023:862

*Partes:* Autorità di Sistema Portuale del Mar Ligure Occidentale e o./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Tributação das autoridades portuárias em Itália – Isenção do imposto sobre as sociedades – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno – Auxílio existente – Conceito de “empresa” – Conceito de “atividade económica” – Vantagem – Seletividade – Distorção da concorrência – Afetação das trocas comerciais entre os Estados-Membros – Igualdade de tratamento.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-415/21; ECLI:EU:T:2023:833

*Partes:* Banca Popolare di Bari SpA/Comissão

*Descritores:* Responsabilidade extracontratual – Auxílios de Estado – Auxílio concedido pelas autoridades italianas à Banca Tercas – Decisão que declara o auxílio incompatível com o mercado interno – Prescrição – Dano continuado – Inadmissibilidade parcial – Violação suficientemente caracterizada de uma norma jurídica que tem por objeto conferir direitos aos particulares – Nexo de causalidade.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-216/21; ECLI:EU:T:2023:822

*Partes:* Ryanair DAC e Malta Air Ltd./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Auxílio concedido pela França à Air France no contexto da pandemia de COVID-19 – Garantia de Estado para um empréstimo bancário e um empréstimo subordinado do Estado – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Recurso de anulação – Legitimidade processual – Prejuízo substancial para a posição de mercado do recorrente – Admissibilidade – Determinação do beneficiário do auxílio no contexto de um grupo de sociedades.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-494/21; ECLI:EU:T:2023:831

*Partes:* Ryanair DAC e Malta Air Ltd./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Auxílio concedido pela França à Air France e à Air France-KLM no contexto da pandemia de COVID-19 – Recapitalização – Decisão que declara o auxílio compatível com o mercado interno – Recurso de anulação – Legitimidade processual – Prejuízo substancial para a posição de mercado do recorrente – Admissibilidade – Determinação do beneficiário do auxílio no contexto de um grupo de sociedades.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-457/21 P; ECLI:EU:C:2023:985

*Partes:* Comissão Europeia/Grão-Ducado do Luxemburgo e o.

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 1, TFUE – Decisão fiscal antecipada adotada por um Estado-Membro – Auxílio declarado incompatível com o mercado interno – Conceito de “vantagem” – Determinação do quadro de referência – Tributação “normal” segundo o direito nacional – Princípio da plena concorrência – Fiscalização pelo Tribunal de Justiça da interpretação e da aplicação do direito nacional pelo Tribunal Geral.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-693/21 P; ECLI:EU:C:2023:989

*Partes:* EDP España, SA e Naturgy Energy Group, SA (anteriormente Gas Natural SDG, SA)/Comissão Europeia

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Medida de incentivo ambiental adotada por Espanha a favor das centrais a carvão – Decisão de dar início ao procedimento formal de investigação – Recurso de anulação.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 7 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-700/22; ECLI:EU:C:2023:960

*Partes:* RegioJet a. s. e Student Agency k.s./České dráhy a.s. e o.

*Descritores:* Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Nejvyšší soud. Reenvio prejudicial – Regulamento (UE) 2015/1589 – Auxílio existente e auxílio novo – Auxílio concedido em violação das regras processuais previstas no artigo 108, n.º 3, TFUE – Fim do prazo de prescrição previsto no artigo 17 do Regulamento (UE) 2015/1589 – Obrigação do juiz nacional de ordenar a recuperação do auxílio.

Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) de 5 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo Processo C-451/21 P; ECLI:EU:C:2023:948

*Partes:* Grão-Ducado do Luxemburgo e o./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 1, TFUE – Decisões fiscais antecipadas adotadas por um Estado-Membro – Auxílio declarado incompatível com o mercado interno – Obrigação de recuperar o auxílio – Conceito de “vantagem” – Determinação do quadro de referência – Tributação “normal” segundo o direito nacional – Fiscalização pelo Tribunal de Justiça da interpretação e da aplicação do direito nacional pelo Tribunal Geral da União Europeia – Fiscalidade direta – Interpretação estrita – Poderes da Comissão Europeia – Dever de fundamentação – Qualificação jurídica dos factos – Conceito de “abuso de direito” – Apreciação ex ante pela Administração Fiscal do Estado-Membro em causa – Princípio da segurança jurídica.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 23 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-758/21 P; ECLI:EU:C:2023:917

*Partes:* Ryanair DAC e Airport Marketing Services Ltd/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Medidas aplicadas pela República da Áustria a favor do aeroporto de Klagenfurt, da Ryanair e de outras companhias aéreas que utilizam este aeroporto – Decisão que declara as medidas de auxílio parcialmente incompatíveis com o mercado interno – Artigo 85, n.º 3, do Regulamento de Processo do Tribunal Geral da União Europeia – Elementos de prova apresentados ao Tribunal Geral após o encerramento da fase escrita do processo – Admissibilidade – Regulamento (UE) 2015/1589 – Artigo 17, n.ºs 1 e 2 – Poderes da Comissão Europeia para recuperação do auxílio – Prazo de prescrição – Grau de precisão das medidas de interrupção deste prazo – Dever de fundamentação – Desvirtuação dos elementos de prova – Dados pertinentes para determinar o montante do auxílio a recuperar.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 23 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-210/21 P; ECLI:EU:C:2023:908

*Partes:* Ryanair DAC/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 2, al. b), TFUE – Mercado francês dos transportes aéreos – Regime de auxílios notificado pela República Francesa – Moratória sobre o pagamento de taxas e de taxas aeronáuticas para apoio às companhias aéreas durante a pandemia de COVID-19 – Quadro temporário relativo às medidas de auxílio de Estado – Decisão da Comissão Europeia de não suscitar objeções – Auxílio destinado a reparar os danos sofridos na sequência de um acontecimento extraordinário – Princípios da proporcionalidade e da não discriminação – Livre prestação de serviços.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 23 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-209/21 P; ECLI:EU:C:2023:905

*Partes:* Ryanair DAC/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 3, al. b), TFUE – Mercado sueco dos transportes aéreos – Regime de auxílios notificado pelo Reino da Suécia – Garantias de empréstimo para apoio às companhias aéreas durante a pandemia de COVID-19 – Quadro temporário relativo às medidas de auxílio de Estado – Decisão da Comissão Europeia de não suscitar objeções – Auxílio

destinado a sanar uma perturbação grave da economia – Princípios da proporcionalidade e da não discriminação – Livre prestação de serviços.

Acórdão do Tribunal Geral de 15 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-167/21; ECLI:EU:T:2023:723

*Partes:* European Gaming and Betting Association/Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Medida estatal que prorroga as licenças de jogos de fortuna ou azar concedidas pelos Países Baixos – Decisão que declara a inexistência de um auxílio de Estado – Não abertura de procedimento formal de investigação – Dificuldades sérias – Direitos processuais das partes interessadas.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 19 de outubro de 2023, proferido no âmbito do processo C-325/22; ECLI:EU:C:2023:793

*Partes:* TS e HI/Ministar na zemedelieto, hranite i gorite

*Descritores:* Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Administrativen sad - Varna. Reenvio prejudicial – Auxílios concedidos pelos Estados-Membros – Artigo 107, n.º 1, TFUE – Conceito de “empresa” – Regulamento (UE) 2015/1589 – Recuperação de um auxílio ilegal – Decisão (UE) 2015/456 – Permutas de terrenos florestais – Determinação do “valor de mercado”.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 12 de outubro de 2023, proferido no âmbito do processo C-11/22; ECLI:EU:C:2023:765

*Partes:* Est Wind Power OÜ/Elering AS

*Descritores:* Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tallinna Haldukohus. Reenvio prejudicial – Auxílios concedidos pelos Estados-Membros – Apoio às energias renováveis – Construção de um parque eólico – Comunicação da Comissão intitulada “Orientações relativas a auxílios estatais à proteção ambiental e à energia 2014-2020” – Ponto 19, alínea 44), e nota de pé de página 66 – Conceitos de “início dos trabalhos”, de “trabalhos de construção”, de “qualquer outro compromisso que torne o investimento irreversível” e de “licença nacional necessária à realização do projeto” – Tipo e intensidade do exame a efetuar pela autoridade nacional competente.



Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-321/21 P; ECLI:EU:C:2023:713

*Partes:* Ryanair DAC/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílio de Estado – Artigo 107.º, n.º 2, al. b) TFUE – Mercado dinamarquês do transporte aéreo – Auxílio concedido pelo Reino da Dinamarca em benefício de uma companhia aérea no âmbito da pandemia de COVID-19 – Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal – Garantia pública que tem por objeto uma linha de crédito renovável – Decisão da Comissão Europeia de não levantar objeções – Auxílio destinado a remediar os danos sofridos por uma única vítima – Princípios da proporcionalidade e da não discriminação – Liberdades de estabelecimento e de livre prestação de serviços.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 28 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-320/21 P; ECLI:EU:C:2023:712

*Partes:* Ryanair DAC/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 2, al. b) TFUE – Mercado sueco do transporte aéreo – Auxílio concedido pelo Reino da Suécia em benefício de uma companhia aérea no âmbito da pandemia de COVID-19 – Quadro temporário relativo a medidas de auxílio estatal – Garantia pública que tem por objeto uma linha de crédito renovável – Decisão da Comissão Europeia de não levantar objeções – Auxílio destinado a remediar os danos sofridos por uma única vítima – Princípios da proporcionalidade e da não discriminação – Liberdades de estabelecimento e de livre prestação de serviços.

Acórdão do Tribunal Geral de 27 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-12/15, T-158/15 e T-258/15; ECLI:EU:T:2023:583

*Partes:* Banco Santander, SA e o./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Regime de auxílios executado pela Espanha – Deduções do imposto sobre o rendimento das sociedades que permitem às empresas com domicílio fiscal em Espanha amortizar o goodwill resultante de aquisições indiretas de participações em empresas estrangeiras através da aquisição direta de participações em holdings não residentes – Decisão que declara o regime de auxílios ilegal e incompatível com o mercado interno e que ordena a recuperação dos auxílios pagos – Decisão 2011/5/CE – Decisão 2011/282/UE – Âmbito de aplicação – Revogação de um ato – Segurança jurídica – Confiança legítima.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-831/21 P; ECLI:EU:C:2023:686

*Partes:* Fachverband Spielhallen eV e LM/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 1, TFUE – Conceito de “auxílio” – Requisito relativo à vantagem seletiva – Tratamento fiscal reservado aos operadores de casinos públicos na Alemanha – Taxa sobre os lucros – Dedutibilidade parcial dos montantes pagos a título desta taxa da base tributável do imposto sobre o rendimento ou sobre as sociedades e do imposto sobre as atividades económicas – Decisão da Comissão Europeia – Rejeição de uma denúncia no termo da fase de apreciação preliminar com fundamento na inexistência de um auxílio de Estado constituído por essa dedutibilidade – Declaração distinta da inexistência de uma vantagem económica e da inexistência de seletividade – Recurso para o Tribunal Geral da União Europeia limitado à declaração de inexistência de seletividade – Caráter inoperante do recurso – Identificação pela Comissão do sistema de referência ou regime fiscal “normal” – Interpretação para este efeito do direito fiscal nacional aplicável – Qualificação da taxa sobre os lucros de “imposto especial” dedutível a título das “despesas decorrentes de operações comerciais” – Princípio ne ultra petita.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-263/16 RENV; ECLI:EU:T:2023:565

*Partes:* Magnetrol International e o./Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Regime de auxílios concedido pela Bélgica – Decisão que declara o regime de auxílios incompatível com o mercado interno e ordena a recuperação dos auxílios concedidos – Decisão fiscal antecipada (tax ruling) – Lucros tributáveis – Isenção em matéria de lucros excedentários – Vantagem – Caráter seletivo – Recuperação.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-131/16 RENV; ECLI:EU:T:2023:561

*Partes:* Reino da Bélgica/Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Regime de auxílios executado pela Bélgica – Decisão que declara o regime de auxílios incompatível com o mercado interno e ilegal e que ordena a recuperação do auxílio pago – Decisão fiscal antecipada (tax ruling) – Lucros tributáveis – Isenção em matéria de lucros excedentários – Vantagem – Caráter seletivo – Violação da concorrência – Recuperação.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-508/21 P e C-509/21 P; ECLI:EU:C:2023:669

*Partes:* Comissão Europeia e Interessengemeinschaft der Grenzhändler (IGG)/Dansk Erhverv

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Artigo 107, n.º 1, TFUE – Venda de bebidas em lata aos residentes do Reino da Dinamarca – Venda sem depósito na condição de as bebidas adquiridas serem exportadas – Não aplicação de coima – Conceito de “auxílio de Estado” – Conceito de “recursos estatais” – Decisão que declara a inexistência de auxílio – Recurso de anulação.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 14 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-466/21 P; ECLI:EU:C:2023:666

*Partes:* Land Rheinland-Pfalz/Deutsche Lufthansa AG.

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Setor da aviação – Auxílio ao funcionamento concedido pela República Federal da Alemanha ao aeroporto de Frankfurt-Hahn – Artigo 108 TFUE – Decisão de não dar início ao procedimento formal de investigação – Recurso de anulação – Qualidade de parte interessada – Salvaguarda dos direitos processuais.

Acórdão do Tribunal Geral de 13 de setembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-525/20; ECLI:EU:T:2023:542

*Partes:* ITD, Brancheorganisation for den danske vejgodstransport e Danske Fragtmænd A/S/ Comissão

*Descritores:* Auxílios de Estado – Setor postal e transporte rodoviário de mercadorias – Denúncia de um concorrente – Entrada de capital concedida por uma empresa pública à sua filial – Decisão que declara a inexistência de auxílio de Estado no termo da fase de análise preliminar – Sociedade-mãe do grupo controlada conjuntamente por dois Estados-Membros – Aprovação da entrada de capital pela sociedade-mãe do grupo – Impunibilidade ao Estado.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de julho de 2023, proferido no âmbito do processo C-313/22; ECLI:EU:C:2023:574

*Partes:* Achilleion Anonymi Xenodocheiaki Etaireia/Elliniko Dimosio.

*Descritores:* Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Elegktiko Synedrio. Reenvio prejudicial – Fundos estruturais – Fundo Europeu de

Desenvolvimento Regional (FEDER) – Cofinanciamento – Regulamento (CE) n.º 1260/1999 – Artigo 30, n.º 4, e artigo 39, n.º 1 – Perenidade das operações relativas a investimentos – “Alteração importante” de uma operação de investimento cofinanciada – Recuperação de um auxílio em caso de cessão do estabelecimento objeto dessa operação – Incidência das circunstâncias específicas que rodeiam essa cessão.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 13 de julho de 2023, no âmbito do processo C-73/22 P e C-77/22 P; ECLI:EU:C:2023:570

*Partes:* Grupa Azoty S.A. e o./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Auxílios de Estado – Orientações relativas a determinadas medidas de auxílio estatal no âmbito do sistema de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa – Setores económicos elegíveis – Exclusão do setor do fabrico de produtos azotados e de adubos – Recurso de anulação – Admissibilidade – Direito de recurso das pessoas singulares ou coletivas – Artigo 263, quarto parágrafo, TFUE – Requisito segundo o qual o recorrente deve ser diretamente afetado.

### **Controlo de Concentrações**

Acórdão do Tribunal de Justiça de 21 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-297/22 P; ECLI:EU:C:2023:1027

*Partes:* United Parcel Service, Inc./Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Ação de indemnização – Operações de concentração de empresas – Decisão da Comissão Europeia que declara a operação de concentração incompatível com o mercado interno e com o funcionamento do Acordo EEE – Anulação da decisão por vícios processuais – Responsabilidade extracontratual da União Europeia – Nexos de causalidade.

Acórdão do Tribunal Geral de 20 de dezembro de 2023, proferido no âmbito do processo T-53/21; ECLI:EU:T:2023:834

*Partes:* EVH GmbH/Comissão

*Descritores:* Concorrência – Concentrações – Mercados alemães da eletricidade e do gás – Decisão que declara a concentração compatível com o mercado interno – Dever de fundamentação – Conceito de “concentração única” – Direito a uma proteção jurisdicional efetiva – Direito de audiência – Delimitação do mercado – Período de análise – Apreciação

dos efeitos da operação sobre a concorrência – Erros manifestos de apreciação – Compromissos – Dever de diligência.

Acórdão do Tribunal de Justiça de 9 de novembro de 2023, proferido no âmbito do processo C-746/21 P; ECLI:EU:C:2023:836

*Partes:* Altice Group Lux Sàrl/Comissão

*Descritores:* Recurso de decisão do Tribunal Geral – Concorrência – Controle das operações de concentração de empresas – Regulamento (CE) n.º 139/2004 – Exceção de ilegalidade – Artigo 4, n.º 1 – Obrigação de notificação prévia das concentrações – Artigo 7, n.º 1 – Obrigação de suspensão das concentrações – Âmbito de aplicação – Conceito de “realização” de uma concentração – Artigo 14, n.º 2 – Decisão que aplica coimas pela realização de uma operação de concentração antes da sua notificação e da sua autorização – Dever de fundamentação – Princípio da proporcionalidade – Competência de plena jurisdição.